



PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 6012.2022/0003634-4

DATA DA ABERTURA DO PREGÃO: 04/10/2022

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 11:00 horas

AMBIENTE ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR GLOBAL TOTAL

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário

OFERTA DE COMPRA N° 801010801002022OC00038

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NIVELAMENTO DE TAMPAS DE PVS – POÇOS DE VISITA, COM A UTILIZAÇÃO DE LAJES PRÉ-MOLDADAS, À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB**, ATRAVÉS DA COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES, TORNA PÚBLICO QUE, na data e horário acima assinalado, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **MENOR VALOR GLOBAL TOTAL**, em conformidade com as disposições deste edital e respectivos anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A Sessão Pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, em 11 de outubro de 2022, às 11hrs00min, e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 059/SMSUB/2022 e indicados no sistema pela autoridade competente.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site: <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> e no link: encurtador.com.br/uwBMW.

São anexos deste Edital:

ANEXO I -A	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I -B	ESTIMATIVA DE ÁREAS A SEREM EXECUTADAS



ANEXO I – C	DESENVOLVIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO
ANEXO II-A	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO II-B	PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS
ANEXO II-C	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
ANEXO II-D	MODELO DE COMPOSIÇÃO DO BDI
ANEXO III – A	MODELO DE DECLARAÇÃO ATESTANDO SOB AS PENAS DA LEI QUE A EMPRESA NÃO SE ENCONTRA INSCRITA NO CADIN – CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL.
ANEXO III – B	MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS
ANEXO III - C	MODELO DE QUADRO DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
ANEXO III - D	MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
ANEXO III – E	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA
ANEXO III-F	MODELO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO
ANEXO IV	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO V-A	MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
ANEXO V-B	EQUIPAMENTOS DE RASTREAMENTO GPS
ANEXO VI	CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA RASTREAMENTO

1. EMBASAMENTO LEGAL

1.1. Em atendimento ao art. 6º da Portaria 134/SGM de 29 de abril de 2021, que constituiu grupo de trabalho intersecretarial para a elaboração de estudos e proposta de medidas para regulamentação da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, o procedimento licitatório e os atos



dele decorrentes observarão as disposições atualmente vigentes, quais sejam: Lei Municipal nº 13.278/02, Decretos Municipais nº 44.279/03, nº 46.662/05, nº 56.475/2015 Nº 43.406/03, Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, subsidiariamente, pelas Leis Federais nº 10.520/ 2002 e 8.666/93 e suas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

2. OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NIVELAMENTO DE TAMPAS DE PVS – POÇOS DE VISITA, COM A UTILIZAÇÃO DE LAJES PRÉ-MOLDADAS, À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.**

2.2. As informações sobre a execução dos serviços se encontram no ANEXO I – Termo de Referência.

2.3. O critério de julgamento será o de **MENOR VALOR GLOBAL TOTAL**

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E ACESSO A INFORMAÇÕES

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal da Cidade de São Paulo, que estiverem registrados no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, que sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

3.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no Sistema de Pregão Eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

3.1.2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, em campo



próprio do Sistema BEC/SP, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus Anexos.

3.2. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

3.3. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.

3.4. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3.5. Poderão participar ainda da presente licitação as empresas que:

- a) Tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- b) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, desde que estejam credenciadas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP;
- c) não tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- d) não estejam constituídas em forma de consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.
- e) não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Orientação Normativa PGM 03/2012;
- f) não estejam enquadradas nas disposições do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte que desejem se valer dos benefícios da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 deverão fazer constar no registro da licitante junto ao CAUFESP essa condição.



3.7. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as condições do presente Edital e anexos, bem como as disposições contidas na Lei Municipal nº 13.278/02, Decretos Municipais 44.279/03, 46.662/05, 54.102/13 e 56.475/2015, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e demais normas complementares, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente.

4. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 4.1.** Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.
- 4.2.** Caberá ao pregoeiro manifestar-se, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão antes da data prevista para a abertura do certame.
- 4.3.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização do certame.
- 4.4.** A impugnação, feita tempestivamente pela LICITANTE, não a impedirá de participar deste Pregão.
- 4.5.** As decisões das impugnações serão divulgadas pelo Pregoeiro no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5. CRENCIAMENTO

- 5.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição, através do órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 43.406/03) no site www.bec.sp.gov.br.
- 5.2.** O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.



- 5.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legalmente constituído e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 5.4.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à **SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB**, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.5.** No caso de existir a participação de microempresas ou empresa de pequeno porte no certame licitatório, todos os procedimentos de classificação, habilitação, adjudicação e homologação, seguirão o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 56.475/15, devendo as licitantes interessadas declarar tal condição para seu credenciamento, mediante os meios disponíveis no sistema.
- 5.5.1.** A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1.** A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privada do Licitante e subsequente inserção do valor da proposta de preços, a partir da disponibilização do sistema até o horário de abertura do certame, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br na Oferta de Compra supracitada com o **MENOR VALOR GLOBAL TOTAL**, desde a divulgação na íntegra do edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, **assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.**



- 6.2.** A licitante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.
- 6.3.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou quando chamado à manifestação via “chat”.
- 6.4.** Serão desclassificadas as propostas que se demonstrarem em desconformidade com o critério de julgamento proposto, após confirmação da licitante.
- 6.5.** A proposta de preços vencedora, com os preços unitários, atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, deverá ser entregue para a Coordenadoria Geral de Licitações, juntamente com a documentação referente a habilitação deste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após o encerramento da sessão.

7. PROPOSTA DE PREÇOS

- 7.1.** A proposta de preços deverá apresentar os preços unitários e o global total, expressos em reais, em algarismos, com quatro casas decimais e por extenso, para a prestação de serviços objeto deste certame, seguindo modelo de proposta constante dos **ANEXOS II-A – MODELO DE PROPOSTA, II-B – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, II-C – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO e II-D – COMPOSIÇÃO DO BDI** deste Edital, impressa em papel timbrado da licitante, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante, conforme estabelecido nos anexos correspondentes.
- 7.1.1.** A proposta deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 7.2.** A apresentação da proposta conforme os **ANEXOS II-A – MODELO DE PROPOSTA, II-B – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, II-C – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO e II-D – COMPOSIÇÃO DO BDI**, implica aceitação tácita de todas as cláusulas e termos deste edital.
- 7.3.** A proposta de preços deverá, ainda:



7.3.1. Ter prazo de validade devidamente declarado de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

7.3.1.1. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

7.3.2. Na proposta deverá constar, expressamente, que nos valores ofertados estão inclusos os preços praticados no mercado e que incluem todos os impostos, taxas, fretes, descontos, bonificações, inclusive custo do orçamento etc e excluídos quaisquer encargos financeiros agregados ao seu valor econômico.

7.3.3. As licitantes deverão apresentar proposta com data-base correspondente ao mês da sessão de abertura da licitação.

7.3.4. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser fornecidos a SMSUB, sem ônus adicionais.

8. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. A partir do dia e horário supracitado, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação dos valores de preços recebidos, que deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo edital.

8.2. O Pregoeiro verificará o atendimento às condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que:

- a) Forem elaboradas em desacordo com as exigências deste edital;
- b) Sejam manifestamente inexequíveis;
- c) Que apresentem incongruências nas composições de preço, valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quanto de se referirem a materiais e



instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

8.2.1. A desclassificação da proposta importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances.

8.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

8.2.3. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

8.3. O sistema ordenará automaticamente, as propostas analisadas e classificadas pelo Pregoeiro, que estiverem em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas neste instrumento convocatório, iniciando-se a etapa de lances, conforme previsto neste edital e de acordo com o Decreto nº 43.406/2003, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9. FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivos horários de registro e valor.

9.2. Participarão da fase de lances todas as licitantes detentoras de propostas classificadas, por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivos horários de registro e valor.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para a sua aceitação.

9.3.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixado no item 9.3.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.



9.3.2. O valor de redução mínima entre os lances será de **R\$ 1.000,00 (mil reais) e incidirá sobre o valor global total.**

9.4. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real sobre os valores dos lances registrados, vedada a identificação dos detentores dos lances.

9.5. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

9.5.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.6. As desistências em apresentar lance implicarão na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.7. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

9.7.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando a continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem anterior ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

9.7.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem anterior, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

9.8. No caso da participação de Micro Empresas ou Empresas De Pequeno Porte - ME/EPP, a partir deste momento, os procedimentos obedecerão a seguinte ordem:

9.8.1. Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa, empresas de pequeno porte, o sistema verificará a ocorrência de empate ficto, conforme previsto no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.8.1.1. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco



por cento) superiores à proposta mais bem classificada, nos termos do § 2º, do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.8.2. Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada, até então, a melhor oferta, no prazo estipulado pelo sistema para tanto, sob pena de preclusão.

9.8.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não exerça o direito de preferência, ou não o faça no tempo aprezado, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na mesma condição, na ordem, bem assim decidir, motivadamente, sobre sua aceitação.

9.9. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, contraproposta para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir, motivadamente, sobre sua aceitação.

9.10. O Pregoeiro anunciará a licitante melhor classificada imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.11. Encerrados os lances, na fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro convocará, a Licitante detentora da proposta melhor classificada, para que este envie os documentos relacionados abaixo, via sistema, devendo a Licitante obedecer ao prazo estipulado pelo Pregoeiro.

9.11.1. De imediato, sob pena de não aceitação, encaminhar Proposta de Preços, conforme **ANEXOS II-A – MODELO DE PROPOSTA, II-B – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, II-C – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO e II-D – COMPOSIÇÃO DO BDI**, com preço atualizado, em conformidade com os lances eventualmente ofertados e com negociação realizada, com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

9.12. As propostas enviadas serão analisadas pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.



**CIDADE DE
SÃO PAULO
SUBPREFEITURAS**

9.13. A indicação do(s) lance(s) vencedor(es), a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

10. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR VALOR GLOBAL TOTAL**.

10.1.1. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital.

10.1.2. Na situação a que se refere este item, o pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido um preço melhor.

10.2. Não serão aceitas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e de seus anexos, as omissas, as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e as que apresentarem preços considerados inexequíveis.

10.2.1. A exequibilidade da proposta será analisada de acordo com a compatibilidade dos preços praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto ora licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo, que poderá a critério do Pregoeiro, ser atualizada por ocasião do julgamento das propostas de modo a evidenciar a economicidade da contratação.

10.2.1.1. Para subsidiar a análise da exequibilidade o pregoeiro poderá solicitar composição de preços unitários detalhada ou documentação que justifique os custos e/ou que comprove sua coerência com o mercado.

11. HABILITAÇÃO

11.1. Divulgado o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste edital, proceder-se-á à análise dos documentos de habilitação das licitantes cujos preços forem aceitos.



11.1.1. A licitante que apresentar melhor proposta, deverá apresentar como prova de habilitação a comprovação de patrimônio líquido e os atestados de desempenho equivalentes ao objeto licitado.

11.1.2. Na fase de habilitação será requerido pelo pregoeiro a comprovação da situação da regularidade das licitantes mediante o envio imediato pelo sistema disponível na BEC ou em caso de falha na conexão da plataforma, para o e-mail: cogelsmsp@smsub.prefeitura.sp.gov.br, **sob pena de inabilitação**, de cópia da documentação que atenda as exigências do item 11 e subitens deste edital.

11.1.3. A licitante detentora da melhor proposta ou lance encaminhará a documentação referente à sua habilitação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão**, em sua forma original ou cópia autenticada, ou ainda publicação em órgão da Imprensa Oficial, juntamente com a Proposta de Preços atualizada, em envelope fechado com a identificação de sua razão social e nº do Pregão Eletrônico, endereçada ao Pregoeiro – Coordenadoria Geral de Licitações que processou o certame, no seguinte endereço: Rua Líbero Badaró, 504 - 23º andar – Centro – São Paulo – SP.

11.2. Habilitação jurídica

11.2.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

11.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedade empresária, que comprove possuir como objeto a prestação de serviço compatível com os exigidos na licitação;

11.2.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores ou dirigentes, tratando-se de sociedades empresárias;

11.2.4. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova de diretoria em exercício;



11.2.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3. Regularidade fiscal e trabalhista

11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

11.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

11.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, como segue:

11.3.3.1. Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive as contribuições sociais;

11.3.3.2. Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda, através da Unidade Administrativa da sede da licitante.

11.3.3.2.1. No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº02, ou a que suceder.

11.3.3.3. Certidão de regularidade débitos referentes a tributos mobiliários expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças da sede da licitante.

11.3.3.3.1. Havendo apontamentos, deverá ser apresentada a Certidão de Débitos de Tributos Mobiliários inscritos na Dívida Ativa, expedida pelo Departamento Fiscal, da Procuradoria Geral do Município, para provar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.



11.3.3.3.2. Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte no Município de São Paulo deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal ou procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com o objeto contratual, conforme modelo constante no **ANEXO III-B**.

11.3.4. Serão aceitas como comprovação de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

11.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

11.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, demonstrada mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, nos termos do artigo 29 da Lei 8.666/93, com a redação conferida pela Lei Federal 12.440/11.

11.4. Qualificação econômico-financeira

11.4.1. Comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante através da constatação dos índices Contábeis oriundos do cadastro do CAUFESP referentes à Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, devendo esses serem maiores ou iguais a 1,00.

11.4.1.1. Caso não constem os índices contábeis no cadastro da CAUFESP disponíveis, a licitante deverá apresentar: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;



11.4.2. No caso da empresa estar enquadrada na obrigatoriedade de efetuar a Escrituração Contábil Digital, conseqüentemente transmitida através do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED), deverá apresentar além dos documentos/demonstrações já exigidas, apresentar também cópias reprográficas autenticadas do Termo de Abertura e Termo de Encerramento (gerado pelo sistema público de escrituração digital – SPED), Recibo de entrega de Livro Digital (gerado pelo sistema SPED) e cópias do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis extraídas do Livro Diário Eletrônico.

11.4.2.1. A comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante será demonstrada com base nas fórmulas indicadas no **ANEXO III-C**, que, no caso de não constarem os índices no CAUFESP, deverá ser apresentado na licitação, juntamente com o documento referido no subitem 11.4.2, deste edital.

11.4.2.2. Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver os índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral, maiores ou iguais a 1,00.

11.4.3. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

11.4.3.1. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar a certidão de Objeto e Pé, expedida pelo órgão competente, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

11.4.4. No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedido pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

11.4.5. Prova de patrimônio líquido correspondente a 10% do valor global total da proposta – ANEXO II-A, considerando para tal os preços finais obtidos após a fase de lances e negociação.

11.5. Qualificação técnica



**CIDADE DE
SÃO PAULO
SUBPREFEITURAS**

- 11.5.1.** Indicação de(s) responsável(is) técnico(s) da empresa com habilitação necessária para a execução dos serviços, sendo exigida a inscrição na especialidade de Engenheiro Civil, conforme **Anexo III-F – Modelo de Indicação de Responsável Técnico.**
- 11.5.2.** Registro ou inscrição da empresa e dos responsáveis indicados no item 11.5.1 na entidade profissional competente – CREA, com todas as informações atualizadas.
- 11.5.3.** Comprovação de aptidão, para desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação mediante:
- 11.5.4.** Atestado(s) Certidão(ões) de capacidade técnico-profissional, nos termos do Artigo 30, §1o, Inciso I da Lei 8.666/93, mediante a comprovação de possuir no seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, profissional(ais) de nível superior detentor(es) de atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado acompanhado (s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico – CAT, expedido(s) pelo(s) CREA(s) ou CAU(s) da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizado(s) e que comprovem a execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.
- 11.5.5. Entende-se como pertinentes e compatíveis a execução dos serviços de levantamento e ou instalação de poços de visita em vias públicas, independente de quantitativo ou prazo de execução.**
- 11.5.6.** A comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) pertence(m) ao quadro permanente da empresa deve ser feita mediante a apresentação de contrato social, carteira de trabalho acompanhada da ficha de registro de empregado, ambas com os dados devidamente atualizados, contrato de trabalho, contrato de prestação de serviço autônomo, ou ainda, declaração de contratação futura em conformidade ao **Anexo III-E.**



11.5.7. O(s) atestado(s)/certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada em cartório, assinado(s) por autoridade ou representante que o expediu, com a devida identificação.

11.5.8. Todos o(s) atestado(s)/certidão(ões) deverá(ão) referir-se a serviços realizados em áreas urbanas, que para sua execução exigem procedimentos apropriados, dado os riscos envolvidos quanto a segurança dos transeuntes.

11.6. Outras declarações

11.6.1. Declaração subscrita pelo representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado da empresa, nos termos do ANEXO III-D, deste Edital, atestando que:

a) Encontra-se em situação regular perante o **Ministério do Trabalho** e que obedece à norma contida no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos).

b) **Inexiste impedimento legal** para licitar ou contratar com a Administração.

c) Atende às **normas relativas à saúde e segurança do trabalho**.

11.6.1.1. Declaração da licitante, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, da mão de obra, dos materiais e dos equipamentos necessários ao início da execução dos serviços.

11.6.1.2. Declaração de disponibilidade de equipamentos, instalações e pessoal técnico especializado.

11.7. Disposições gerais da habilitação

11.7.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou em



publicação de órgão da Imprensa Oficial, devendo **preferencialmente** ser relacionados, separados e colecionados na ordem estabelecida neste edital.

11.7.1.1. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos.

11.7.2. Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar de sua expedição, desde que o edital não mencione prazo específico para o documento. No caso de procuração, o prazo máximo admitido no edital é de 01 (um) ano, salvo se na procuração constar expressamente que foi expedida por prazo indeterminado.

11.7.3. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.7.4. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo pregoeiro.

11.7.5. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo.

11.7.5.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz. Os atestados de capacidade técnica poderão ser em nome e com CNPJ da matriz e/ou filial da licitante.

11.7.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte, anteriormente assim qualificada, por ocasião da participação neste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida no edital. Todavia, no que tange à comprovação de regularidade fiscal, documentos que apresentem alguma restrição deverão ser entregues, sem que isso impeça a continuidade de sua participação na licitação.

11.7.6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado documentação relativa à regularidade fiscal perante à (o) pregoeira (o) com restrição sagrando-

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações – COGEL - Rua Líbero Badaró, 504 – 23º andar.
Telefone: 011-49341-3212/3213/3207 - e-mail: cogelsmsp@prefeitura.sp.gov.br



se vencedora do certame, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do artigo 17 do Decreto Municipal 56.475/15.

11.7.6.2. Decairá do direito à contratação a microempresa ou empresa de pequeno porte que não promover a regularização da documentação fiscal no prazo estabelecido no subitem anterior, o que ensejará a aplicação das sanções previstas no parágrafo único do artigo 18 do Decreto Municipal 56.475/15 que regulamentou dispositivos da LC 123/06.

11.7.7. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizado ou registrado no Cartório de Títulos e Documentos.

11.7.7.1. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de títulos e Documentos.

11.7.8. Todos os documentos apresentados deverão estar devidamente atualizados, de modo que não haja diferenças/incoerências nas informações constantes dos mesmos.

12. FASE RECURSAL, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Divulgado(s) o(s) vencedor(es), o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema e no tempo estipulado.

12.1.1. Havendo manifestação de intenção, caberá ao Pregoeiro verificar as condições de admissibilidade do recurso para decidir se admite ou não a intenção de recurso, fundamentadamente.



12.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.1.1.1.1. São condições de admissibilidade da intenção de recurso:

- a) **Tempestividade**, devendo a intenção de recurso ser inserida no sistema no prazo estipulado em sessão;
- b) **Motivação**, devendo ser clara e coerente, com a exposição breve das razões que levam à irregularidade e que será objeto dos memoriais.

B1). Não serão aceitas as intenções de recurso que apresentarem motivações genéricas e sem apontamento substancial devidamente fundamentado. Tal prática poderá ser considerada como meio de retardamento do certame.

12.1.2. Havendo interposição de recurso na forma indicada no subitem 12.1 e sua admissão, os recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.1.3. Durante os prazos para apresentação do recurso e contrarrazões, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

12.1.4. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidas por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção “RECURSO”, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, na Coordenadoria Geral de Licitações observados os prazos estabelecidos no subitem 12.1.2, deste item.



- 12.2.** A falta de interposição na forma prevista no subitem “12.1.” importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.
- 12.3.** O recurso porventura interposto contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo e, se acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos procedimentos, o processo será encaminhado à autoridade competente para homologar a licitação.

13. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

- 13.1.** As obrigações decorrentes desta licitação consubstanciam-se no Contrato, cuja minuta consta do **ANEXO IV** do presente edital.
- 13.2.** A adjudicatária está ciente de que a existência de seu registro no CADIN – Cadastro Informativo Municipal, a ser consultado pela Unidade, impedirá a contratação, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto nº 47.096/06.
- 13.3.** Os prazos para assinatura do Termo de Contrato e de retirada das Notas de Empenho a ela vinculados serão de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data da convocação, sob pena de aplicação das penalidades previstas no item 15 do edital, ocasião em que a adjudicatária deverá apresentar a atualização dos documentos exigidos por ocasião da habilitação, que estiverem vencidos, ou seja, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitado pela Secretaria ou Unidade Contratante.
- 13.4.** O prazo para assinatura do Termo de Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, desde que a solicitação da adjudicatária, feita tempestiva e formalmente, seja aceita pela Administração.
- 13.4.1.** Havendo recusa ou estando a adjudicatária impedida de formalizar o Contrato no prazo pela não apresentação dos documentos necessários, é facultada à Administração, sem embargo da aplicação das



penalidades previstas, realizar procedimento a fim de que seja convocada a próxima licitante.

13.5. Os contratos deverão ser assinados pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante, atendidas as exigências deste edital.

13.6. Na oportunidade da assinatura do Contrato, a adjudicatária deverá:

13.6.1. Apresentar, dos documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso vencidos.

13.6.2. Indicar o responsável técnico pelos serviços.

13.6.3. Caso seja apresentada a declaração de contratação futura prevista no ANEXO III-E, a contratada deverá apresentar os documentos que provem a celebração do vínculo.

13.6.4. Apresentar as declarações previstas nos Anexos V-A e VI deste edital.

14. DAS PENALIDADES

14.1. Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, na Minuta de contrato (ANEXO IV) e demais normas pertinentes, são aplicáveis as penalidades abaixo estipuladas:

14.1.1. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total anual estimado pelo atraso da Adjudicatária em assinar o Contrato, até o 10º dia de atraso, após esse prazo será considerada recusa a não assinatura.

14.1.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, pela falta de apresentação da documentação necessária para assinatura do contrato;



14.1.3. Multa no valor de 2% (dois por cento) do valor total da proposta encaminhada:

- a) à licitante que ensejar o retardamento do certame;
- b) à licitante que deixar de entregar documentação prevista no edital;
- c) à licitante que apresentar documentação falsa exigida neste edital;
- d) à licitante que não mantiver a proposta/lance;
- e) à licitante que se comportar de modo considerado inidôneo ou que prejudique o bom andamento da sessão;

14.1.3.1. As multas poderão ser cumulativas, somando-se até o montante de 10% (dez por cento).

14.2. Sem prejuízo das penalidades acima, poderá ser aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com administração pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nas hipóteses previstas nos subitens do item 14.1.

14.3. As penalidades somente poderão deixar de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

14.3.1 Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou,

14.3.2 Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

14.4. O prazo para pagamento das multas será de **05 (cinco) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido poderá ser descontado da importância que a empresa tenha a receber da PMSP.

14.5. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados.



- 14.6.** Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos à coordenação de COGEL da Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSUB e protocolizados nos dias úteis, das 10:00 às 17:00 horas, na Rua Líbero Badaró, nº 504 – 23º andar, Centro, após o recolhimento em agência bancária dos emolumentos devidos.
- 14.7.** As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a de outras, administrativamente ou judicialmente.
- 14.8.** Não serão considerados recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1 Em garantia do cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA prestará garantia, no valor proporcional a 5% em cima do valor do presente contrato, mediante uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II - Seguro-garantia;
- III - Fiança bancária.

15.2 Caberá a complementação da caução quando houver alteração contratual.

15.3 A garantia e seus reforços responderão por todas as multas que forem impostas à CONTRATADA e por todas as importâncias que, a qualquer título, forem devidas pela CONTRATADA à CONTRATANTE em razão do presente contrato.

15.3.1 Caso a garantia não seja suficiente para o pagamento das multas, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, completar o pagamento, sob pena de rescisão do contrato.

15.4. O reforço e/ou a regularização da garantia, excetuada a hipótese prevista no item anterior, deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do



recebimento da comunicação, feita por escrito pela contratante, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades previstas neste Contrato.

15.4.1. O prazo acima aludido poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o transcurso do prazo, se ocorrer motivo justificado aceito pela Contratante.

15.4.1.1 Em caso de prorrogação do presente contrato, a garantia prestada deverá ser substituída automaticamente pela CONTRATADA quando da ocorrência de seu vencimento, independentemente de comunicado da contratante, de modo a manter-se ininterruptamente garantido o contrato celebrado, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades nele previstas.

15.5. Por ocasião do encerramento do contrato, o que restar da garantia será liberado ou restituído, mediante requerimento da CONTRATADA, após a liquidação das multas aplicadas e dedução de eventual valor devido pela CONTRATADA.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, integrarão o contrato, independentemente de transcrição.

16.3. À Administração é reservado o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, respeitado o contraditório e a ampla defesa, anular ou revogar a presente licitação, sem que isso represente motivo para que as empresas participantes solicitem qualquer tipo de indenização, conforme artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

16.4. Os prazos previstos neste edital serão contados nos termos do artigo 110, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.



- 16.5.** É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 16.6.** As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7.** A participação nesta licitação implicará em aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital e seus anexos, bem como na observância dos regulamentos administrativos e demais normas aplicáveis.
- 16.8.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 16.9.** Na hipótese de impedimento da contratação da empresa vencedora da licitação, poderão ser convocadas as demais empresas participantes, observada a ordem de classificação das propostas.
- 16.9.1.** Considera-se impedimento para contratação mencionada no subitem anterior, a prática de infração às cláusulas do edital, e contratuais, bem como a aplicação da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou a declaração de inidoneidade.
- 16.10.** A Contratada se obriga a manter, durante o prazo de execução dos ajustes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.
- 16.11.** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 16.12.** As situações omissas serão resolvidas pelo pregoeiro.



16.13.O Pregoeiro e a equipe de apoio foram designados nos termos da Portaria nº 027/SMSUB/2022, constante no processo administrativo.

São Paulo, 15 de setembro de 2022.

Henrique Silva Costa
Pregoeiro (a)
Portaria nº 059/SMSUB/2022
SMSUB/COGEL



ANEXO I-A
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

Disponível através do link: encurtador.com.br/uwBMW



ANEXO I-B

ESTIMATIVA DE ÁREAS A SER EXECUTADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

ESTIMATIVA DE ÁREAS A SER EXECUTADAS										
LOCAIS DE INTERVENÇÃO	REGIÃO	SUBPREFEITURAS	TAMPÃO DE 600 DN			TAMPÃO DE 900 DN				
			TOTAL APROXIMADO A SER EXECUTADA TAMPÃO 600 DN (UN)	VALOR UNITÁRIO TAMPÃO 600 DN (R\$)	TOTAL R\$	TOTAL APROXIMADO A SER EXECUTADA 900 DN (UN)	VALOR UNITÁRIO TAMPÃO 900 DN (R\$)	TOTAL R\$		
1	DIVISA	PERUS	22	3.417,59	75.186,98					
2	DE ENTORNO	PIRITUBA - JARAGUA	72	3.417,59	246.066,48					
3	DE ENTORNO	FREGUESIA DO Ó	72	3.417,59	246.066,48					
4	DE ENTORNO	CASA VERDE	72	3.417,59	246.066,48					
5	DIVISA	JACANÁ - TREMEMBE	22	3.417,59	75.186,98					
6	DE ENTORNO	SANTANA- TUCURUVI	72	3.417,59	246.066,48					
7	DE ENTORNO	VILA MARIA - VILA GUILHEME	73	3.417,59	249.484,07					
8	DE ENTORNO	BUTANTÃ	72	3.417,59	246.066,48					
9	CENTRAL	LAPA	365	3.417,59	1.247.420,35					
10	CENTRAL	PINHEIROS	365	3.417,59	1.247.420,35					
11	CENTRAL	IPIRANGA	365	3.417,59	1.247.420,35					
12	DE ENTORNO	JABAQUARA	72	3.417,59	246.066,48					
13	CENTRAL	VILA MARIANA	365	3.417,59	1.247.420,35					
14	CENTRAL	SÉ	450	3.417,59	1.537.915,50	10,00	3.190,37	31.903,70		
15	DIVISA	CIDADE ADEMAR	22	3.417,59	75.186,98					
16	DIVISA	CAPELA DO SOCORRO	22	3.417,59	75.186,98					
17	DE ENTORNO	SANTO AMARO	73	3.417,59	249.484,07					
18	DIVISA	PADELHEIROS	22	3.417,59	75.186,98					
19	DIVISA	M'BOI MIRIM	22	3.417,59	75.186,98					
20	DE ENTORNO	CAMPO LIMPO	72	3.417,59	246.066,48					
21	DE ENTORNO	PENHA	72	3.417,59	246.066,48					
22	DIVISA	ERMELINO MATARAZZO	22	3.417,59	75.186,98					
23	CENTRAL	MOOCA	365	3.417,59	1.247.420,35					
24	DE ENTORNO	ARICANDUVA - FORMOSA	72	3.417,59	246.066,48					
25	DE ENTORNO	VILA PRUDENTE	73	3.417,59	249.484,07					
26	DIVISA	SAPOEMBA	22	3.417,59	75.186,98					
27	DIVISA	SÃO MATEUS	22	3.417,59	75.186,98					
28	DIVISA	CIDADE TIRADENTES	22	3.417,59	75.186,98					
29	DE ENTORNO	ITAQUERA	72	3.417,59	246.066,48					
30	DIVISA	SÃO MIGUEL PAULISTA	22	3.417,59	75.186,98					
31	DIVISA	ITAIM PAULISTA	22	3.417,59	75.186,98					
32	DIVISA	GUAIANASES	22	3.417,59	75.186,98					
32	3	32	TAMPÕES EXECUTADOS 600 DN		CUSTO ESTIMADO TOTAL	TAMPÕES EXECUTADOS 900 DN		CUSTO ESTIMADO TOTAL		
			3.500		R\$ 11.961.565,00	10		R\$ 31.903,70		
			TOTAL DE PVs = 3.510							
			CUSTO TOTAL = 11.993.468,70							

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações – COGEL - Rua Líbero Badaró, 504 – 23º andar.
 Telefone: 011-49341-3212/3213/3207 - e-mail: cogelsmsp@prefeitura.sp.gov.br



ANEXO I-C
DESENVOLVIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

(documento disponível através do link: encurtador.com.br/uwBMW)



ANEXO II-A
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES – COGEL

A empresa, estabelecida na..... nº,
complemento:.....,C.N.P.J. nº, telefone:
....., FAX:, Bairro, Cidade:
....., Estado:, e-mail:, pelo presente,
propõe a contratação de empresa para Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo, pelo valor global total de R\$ _____ ().

QUANTITATIVOS PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO					VALOR
TIPO	CUSTO UNITÁRIO	BDI	CUSTO UNITÁRIO + BDI	QUANTIDADE	CUSTO TOTAL - (R\$)
TAMPÃO DN - 600				3.500	0,00
TAMPÃO DN - 900				10	0,00
CUSTO TOTAL					0,00



- 1. PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** O prazo para início da execução dos serviços será o constante na Ordem de Início fornecida pela PMSP.
- 2. VALIDADE DA PROPOSTA:** (.... por extenso.....) dias corridos contados a partir da data da apresentação da proposta (**NÃO INFERIOR A 60 DIAS CORRIDOS**).
- 3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Consoante Contrato.
4. Informar dados bancários (nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente) da empresa, necessariamente do Banco do Brasil, nos termos do Decreto Municipal nº 51.197, de 22.01.2010, para efeito de pagamento

BANCO DO BRASIL (OBRIGATÓRIO)

Agência: _____ - ____

Conta Corrente: _____ - _____

5. A proponente declara que nos preços acima estão incluídos, além do lucro, inclusos todos os impostos, taxas, descontos, transporte da massa garantindo a qualidade do produto conforme especificações técnicas, bonificações, inclusive custo do orçamento e excluídos quaisquer encargos financeiros agregados ao seu valor econômico, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.
6. A proponente declara ainda que, por ser de seu conhecimento, submete-se a todos os termos e condições do edital relativo à licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Federal nº 10520/02, e Lei Municipal n.º 13.278/02, que integrarão o ajuste correspondente.

Local e data.

(assinatura do responsável da firma proponente)



ANEXO II-B
MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

(acesso à planilha na íntegra através do link: encurtador.com.br/uwBMW)



**ANEXO II-C
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

(acesso à planilha na íntegra através do link: encurtador.com.br/uwBMW)

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações – COGEL - Rua Líbero Badaró, 504 – 23º andar.
Telefone: 011-49341-3212/3213/3207 - e-mail: cogelsmsp@prefeitura.sp.gov.br



**ANEXO II-D
MODELO DE COMPOSIÇÃO DO BDI**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

**BDI - SEM DESONERAÇÃO
PAVIMENTAÇÃO**

Escritório Central	6,67% .	1,0667
Lucro Bruto	8,00% .	1,1521
IMPOSTOS:		
Cofins	3,00%	
PIS	0,65%	
ISS	2,50% .	1,22758
BDI - PAVIMENTAÇÃO		22,76%



ANEXO III - A

**MODELO DE DECLARAÇÃO ATESTANDO SOB AS PENAS DA LEI QUE A EMPRESA NÃO SE ENCONTRA
INSCRITA NO CADIN – CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL**

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

Pelo presente, a empresa, com sede na, nº....., inscrito no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o nº....., declara sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que não está inscrita no CADIN – Cadastro Informativo Municipal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO III – B

**MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

À

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB
COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES**

A empresa, com sede na, nº, C.N.P.J.
nº, **DECLARA**, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que não está cadastrada e não possui débitos junto à Fazenda do Município de São Paulo.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO III – C
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede à Rua/Av. _____, encaminha o presente para análise econômico-financeira de nossa empresa comprovação de boa situação financeira da empresa será aferida por meio dos índices de: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{array}{l}
 \text{LG : } \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não circulante}} \geq 1,00 \\
 \\
 \text{SG : } \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não circulante}} \geq 1,00 \\
 \\
 \text{LC : } \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00
 \end{array}$$

São Paulo, ____ de _____ de 20__

Assinatura do Contador/Técnico Contabilidade*

Nome/CPF/CRC

Assinatura do representante legal*

Nome/CPF/RG



ANEXO III – D
DECLARAÇÃO CONJUNTA

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

(Nome da Licitante) _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ **DECLARA:**

a) MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO - ART. 7º, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos; **Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). (observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).**

b) MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARA que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



c) MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO.

DECLARA, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que atenderá toda a legislação vigente sobre a promoção e preservação da saúde dos trabalhadores e, se assim estiver legalmente obrigada, apresentará, por ocasião da lavratura do contrato, a Certidão de Registro no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) expedida pela Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho da Delegacia do Trabalho de acordo com o Artigo 162 da CLT e regulamentada pela NR4 da Portaria 3214/78, ou documentos equivalentes;

Local/Data

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

**ANEXO III-E****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022**

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB

COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES

A empresa, estabelecida na nº, complemento, CNPJ nº, telefone:, fax:, e-mail:, bairro, Cidade:, Estado:, DECLARA para fins de prova da qualificação técnica-profissional no âmbito do Pregão Eletrônico nº 027/SMSUB/COGEL/2022, que o profissional abaixo relacionado integrará a equipe técnica desta empresa, sendo contratado para a prestação de serviços de

NOME DO PROFISSIONAL	VÍNCULO PROFISSIONAL

Local e data

(assinatura do responsável da licitante)

Nome

RG/CPF

Cargo

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações – COGEL - Rua Líbero Badaró, 504 – 23º andar.
Telefone: 011-49341-3212/3213/3207 - e-mail:cogelsmsp@prefeitura.sp.gov.br



Eu, ____ (profissional a ser contratado) ____, registrado no CREA sob nº ____, declaro estar de pleno acordo com a contratação relacionada neste documento e que executarei todos os serviços estritamente conforme o estipulado no edital do Pregão Eletrônico nº 027/SMSUB/COGEL/2022 e seus anexos, bem como me responsabilizo pela execução dos serviços e em assinar o respectivo livro de ordem e mantê-lo em conformidade às normas do Conselho ao qual estou submetido.

Local e data

(assinatura do responsável da licitante)

Nome

RG/CPF

**ANEXO III-F****MODELO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO****PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/SMSUB/COGEL/2022****PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6012.2022/0003634-4**

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

À

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

A empresa, estabelecida na nº, complemento, CNPJ nº, telefone:, fax:, e-mail:, bairro, Cidade:, Estado:, INDICA como responsável técnico os profissionais abaixo:

NOME	INSCRIÇÃO CREA/CAU

Local e data
(assinatura do responsável da licitante)

Nome

RG/CPF

Cargo



ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N°...../...../...../2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°6012.2022/0003634-4

PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/SMSUB/COGEL/2022

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS**, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o n°....., sediada à n°..... - complemento.....- Bairro..... – São Paulo/SP, neste ato, representada pela senhora **RODE FELIPE BEZERRA**, em conformidade com a (Lei/Portaria), ora denominada **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o n°, sediada à, n°..... – complemento.....- Bairro.....- Cidade.....UF.....- Fone (.....)..... Fax (.....)..... – e-mail....., representada pelo senhor(a), seu representante legal, conforme documento comprobatório apresentado, ora denominada **CONTRATADA**, têm entre si contratado, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações subsequentes, suas alterações, Lei Municipal nº 13.278/02, Decretos Municipais nº 44.279/03, nº 46.662/05, nº 47.014/06 e nº 50.605/09, conforme autorização contida no despacho junto ao doc. n°....., do processo



em epígrafe, bem como observadas as Cláusulas e condições a seguir pactuadas, sem prejuízo daquelas previstas no Edital de Pregão nº 027/SMSUB/COGEL/2022 que integram o presente independentemente de transcrição.

1 - DO OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

1.1 - Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações técnicas contidas na **Especificações Técnicas – ANEXO I** do Edital do Pregão Eletrônico nº 027/SMSUB/COGEL/2022.

1.2 - Deverão ser observadas, ainda, todas as especificações contidas na Proposta da contratada encartada no Processo Administrativo nº 6012.2022/0003634-4, que ora faz parte integrante do presente contrato para todos seus efeitos.

2- DOS PREÇOS CONTRATADOS E SEUS RECURSOS;

2.1 - O valor total estimado do presente Contrato é de R\$ (.....), conforme especificado no quadro abaixo:

PREÇOS CONTRATADOS					
TIPO	VALOR UNITÁRIO	BDI (XX%)	VALOR UNITÁRIO + BDI	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)
TAMPÃO DN - 600					
TAMPÃO DN - 900					
CUSTO TOTAL					R\$

2.2 - Para fazer frente as despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhados onerando a dotação nº..... do orçamento vigente, através da Nota de Empenho nº.....



2.3 - No preço supra estão incluídos todos os custos, despesas diretas e indiretas, benefícios (B.D.I.), assim como os encargos sociais e trabalhistas e constituirá a qualquer título a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação dos serviços objeto deste.

2.4 - Os serviços serão executados no Município de São Paulo, nas áreas indicadas no quadro abaixo:

ESTIMATIVA DE ÁREAS A SER EXECUTADAS				
LOCAIS DE INTERVENÇÃO	REGIÃO	SUBPREFEITURAS	TAMPÃO DE 600 DN	TAMPÃO DE 900 DN
			TOTAL APROXIMADO A SER EXECUTADA TAMPÃO 600 DN (UN)	TOTAL APROXIMADA A SER EXECUTADA 900 DN (UN)
1	DIVISA	PERUS	22	
2	DE ENTORNO	PIRITUBA - JARAGUA	72	
3	DE ENTORNO	FREGUESIA DO Ó	72	
4	DE ENTORNO	CASA VERDE	72	
5	DIVISA	JAÇANÃ - TREMEMBE	22	
6	DE ENTORNO	SANTANA- TUCURUVI	72	
7	DE ENTORNO	VILA MARIA - VILA GUILHEME	73	
8	DE ENTORNO	BUTANTÃ	72	
9	CENTRAL	LAPA	365	
10	CENTRAL	PINHEIROS	365	
11	CENTRAL	IPIRANGA	365	
12	DE ENTORNO	JABAQUARA	72	
13	CENTRAL	VILA MARIANA	365	
14	CENTRAL	SÉ	450	10,00
15	DIVISA	CIDADE ADEMAR	22	
16	DIVISA	CAPELA DO SOCORRO	22	
17	DE ENTORNO	SANTO AMARO	73	
18	DIVISA	PARELHEIROS	22	
19	DIVISA	M´BOI MIRIM	22	

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações – COGEL - Rua Líbero Badaró, 504 – 23º andar.
Telefone: 011-49341-3212/3213/3207 - e-mail: cogelsmsp@prefeitura.sp.gov.br



20	DE ENTORNO	CAMPO LIMPO	72
21	DE ENTORNO	PENHA	72
22	DIVISA	ERMELINO MATARAZZO	22
23	CENTRAL	MOOCA	365
24	DE ENTORNO	ARICANDUVA - FORMOSA	72
25	DE ENTORNO	VILA PRUDENTE	73
26	DIVISA	SAPOEMBA	22
27	DIVISA	SÃO MATEUS	22
28	DIVISA	CIDADE TIRADENTES	22
29	DE ENTORNO	ITAQUERA	72
30	DIVISA	SÃO MIGUEL PAULISTA	22
31	DIVISA	ITAIM PAULISTA	22
32	DIVISA	GUAIANASES	22

3 - DO REAJUSTE DE PREÇOS

3.1 - Os preços acordados poderão ser reajustados anualmente, com base na Lei Federal nº 10.192/01, no Decreto Municipal nº 25.236/87 e no Decreto Municipal nº 48.971/07, e aplicando-se a modalidade de reajustamento sintético, observando-se as demais normas que regulamentam a matéria, e mediante a utilização do índice IPC FIPE divulgado pela PMSP, através de Portaria da Secretaria Municipal de Finanças.

3.2 - Os preços somente poderão ser reajustados após um ano da data-limite para apresentação da proposta, nos termos do Decreto Municipal nº 48.971/07.

3.3 - Para fins de reajustamento em conformidade com o art. 3º, § 1º, da Lei Federal nº 10.192/01, o índice inicial (Io) e o preço inicial (Po) terão como data base aquela correspondente à data limite para apresentação da proposta.

3.3.1 - Fica vedado novo reajuste pelo prazo de um ano.

3.4 - As condições de reajustamento ora pactuadas poderão ser alteradas em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações – COGEL - Rua Líbero Badaró, 504 – 23º andar.
Telefone: 011-49341-3212/3213/3207 - e-mail: cogelsmsp@prefeitura.sp.gov.br



3.5 - As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4 - DA GARANTIA CONTRATUAL

4.1 Em garantia do cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA prestará garantia, no valor proporcional a 5% em cima do valor do presente contrato, mediante uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II - Seguro-garantia;
- III - Fiança bancária.

4.1.1 Caberá a complementação da caução quando houver alteração contratual.

4.2 A garantia e seus reforços responderão por todas as multas que forem impostas à CONTRATADA e por todas as importâncias que, a qualquer título, forem devidas pela CONTRATADA à CONTRATANTE em razão do presente contrato.

4.2.1 Caso a garantia não seja suficiente para o pagamento das multas, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, completar o pagamento, sob pena de rescisão do contrato.

4.3. O reforço e/ou a regularização da garantia, excetuada a hipótese prevista no item anterior, deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação, feita por escrito pela contratante, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades previstas neste Contrato.

4.3.1. O prazo acima aludido poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o transcurso do prazo, se ocorrer motivo justificado aceito pela Contratante.

4.3.2. Em caso de prorrogação do presente contrato, a garantia prestada deverá ser substituída automaticamente pela CONTRATADA quando da ocorrência de seu vencimento, independentemente de



comunicado da contratante, de modo a manter-se ininterruptamente garantido o contrato celebrado, sob pena de incorrer a CONTRATADA nas penalidades nele previstas.

4.4 Por ocasião do encerramento do contrato, o que restar da garantia será liberado ou restituído, mediante requerimento da CONTRATADA, após a liquidação das multas aplicadas e dedução de eventual valor devido pela CONTRATADA.

5- DA VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - O prazo de vigência deste contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

5.2 - O prazo de execução dos serviços a serem realizados em cada local de intervenção será de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos e ininterruptos contados da data indicada na Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

5.3 - A prestação de serviços só estará caracterizada após o recebimento da “Ordem de Serviço” ou instrumento equivalente e da competente Nota de Empenho.

5.4 - A “Ordem de Serviço” deverá ser retirada em até 03 (três) dias úteis contados da convocação.

5.5 - Na hipótese da Contratada se negar a retirar a “Ordem de Serviço” esta será enviada pelo Correio, por carta registrada, considerando-se como efetivamente recebida na data do registro, para todos os efeitos legais.

5.6 - Poderá ser emitida uma ordem de início para cada local de intervenção, a critério da fiscalização.

5.7. A fiscalização da unidade requisitante poderá recusar os serviços caso os funcionários e/ou equipamentos estiverem em desacordo com as exigências previstas no Anexo I do Edital da licitação que precedeu este ajuste, sujeitando-se a contratada às sanções previstas neste instrumento.

5.8. A contratada responsabiliza-se pela prestação do serviço contratado não sendo justificativa aceitável para a não prestação problemas técnicos.



5.9. Os prazos de vigência, execução, conclusão, entrega e início de execução poderão ser prorrogados mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as disposições preconizadas no art. 57, § 1º da Lei 8.666/1993.

6- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Fornecer à **contratada**, quando da emissão da “Ordem de Serviço”, o nome do(s) servidor(es) que representará(ão) a **contratante** durante a execução do objeto.

6.2 - Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Contrato, edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 027/SMSUB/COGEL/2022.

6.2.1. Caberá à fiscalização observar o contido na PORTARIA SF nº. 170/SF/2020.

6.3 - Exercer fiscalização dos serviços.

6.4 - Prestar aos empregados da contratada, informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

6.5. Validar todas as ocorrências e informações relevantes anotados no livro diário de Serviços

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízos daquelas já previstas no ANEXO I-A – Termo de Referência, atender todos os pedidos efetuados pela CONTRATANTE durante a vigência do Termo de Contrato, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência;

7.2. A “Ordem de Serviço” deverá ser retirada pela CONTRATADA em até 03 (três) dias úteis contados da convocação.

7.2.1. Na hipótese da Contratada se negar a retirar a “Ordem de Serviço” esta será enviada pelo Correio, por carta registrada, considerando-se como efetivamente recebida na data do registro, para todos os efeitos legais.

7.3. A Contratada deverá disponibilizar pessoal, equipamentos, veículos, ferramentas e o que mais se fizer necessário para a execução integral dos serviços, devendo os equipamentos, combustível, veículos e ferramentas estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, obrigando-se a Contratada a substituir aqueles que não atenderem às exigências.



7.3.1. Para efeito da contratação decorrente do presente Termo de Referência, considera-se frente de trabalho a estrutura a ser disponibilizada pela contratada na quantidade necessária à instalação das lajes, conforme a presente especificação técnica.

7.3.2. Compete a Contratada fazer seguro de seus empregados contra riscos e acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, resultantes da execução desse contrato

7.3.3. É de total responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionado com a prestação dos serviços, descartando qualquer hipótese de responsabilidade solidária.

7.4. Todos os equipamentos a serem utilizados devem ser vistoriados antes do início da execução dos serviços de modo a garantir condições apropriadas de operação, sem o que, não será autorizada a sua utilização. Caso necessário, a fiscalização poderá exigir a vistoria do equipamento por engenheiro mecânico ou técnico qualificado.

7.5. Os veículos/equipamentos deverão atender as normas exigidas pela legislação de trânsito.

7.6. Os veículos deverão ter no máximo 10 (dez) anos de fabricação.

7.7. Os caminhões deverão dispor de dispositivo de rastreamento em acordo com as Especificações Técnicas do Anexo V-B - EQUIPAMENTOS DE RASTREAMENTO GPS.

7.8. Todos os veículos e equipamentos utilizados na prestação dos serviços deverão ter seus respectivos Certificados de Registro de Veículos – CRV expedidos, conforme legislação em vigor e deverão possuir apólice de seguro dos veículos.

7.8.1. No caso de ocorrência de apreensão de algum veículo/equipamento, as despesas de retirada, guincho e outras correrão por conta da CONTRATADA.

7.9. Os veículos deverão conter nas portas, adesivo ou pintura com o nome da contratada e um número de telefone para eventuais reclamações.

7.10. Os Caminhões deverão conter, em ambos os lados da carroceria, placas nas dimensões de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura por 0,60m (sessenta centímetros) de altura, com o BRASÃO da PMSP no canto esquerdo, bem assim com os seguintes dizeres: A SERVIÇO DA P.M.S.P – SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações – COGEL - Rua Líbero Badaró, 504 – 23º andar.
Telefone: 011-49341-3212/3213/3207 - e-mail: cogelsmsp@prefeitura.sp.gov.br



7.11. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, tais como cones, cavaletes, placas de advertência, entre outros, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

7.12. A Contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização.

7.12.1. O padrão dos uniformes a serem utilizados pelos funcionários da CONTRATADA deverá obedecer ao estabelecido na Portaria nº 15/SMSP/2010.

7.13. A Contratada deverá afastar ou substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a PMSP, qualquer funcionário seu que, por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

7.14. A frente de trabalho, mão de obra e equipamentos é de livre escolha da contratada, desde que atenda as especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

7.15. Para fins de fiscalização é necessário que independentemente da frente de trabalho utilizada, ela seja informada ao fiscal do contrato, com dados como: nome, RG, CPF, CREA ou outro registro de classe equivalente, e indicação da forma do vínculo empregatício, seja ele, sócio, celetista ou contrato de prestação de serviços de pessoa física – RPA;

7.16. Quando a execução dos serviços cuja descrição compõem o objeto deste Termo de Referência demandar a interdição, mesmo que parcial, de uma ou mais vias, a CONTRATADA deverá solicitar junto à Gerência de Obras da CET — Companhia de Engenharia de Tráfego o TPOV — Termo de Permissão para Ocupação de Vias o qual estabelecerá o horário em que será permitida a execução dos serviços.

7.17. Compete à contratada manter segunda via de todos os documentos e relatórios já mencionados como necessário ao controle de fornecimento e aplicação, devendo a contratante manter registros de controle para acompanhamento da execução contratual.

7.18. Responsabilizar-se integralmente por todos os prejuízos que porventura, cause à CONTRATANTE ou a terceiros em razão do fornecimento do objeto decorrente do presente contrato.



**CIDADE DE
SÃO PAULO
SUBPREFEITURAS**

7.19. Manter, durante o prazo de vigência do presente Termo de Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação que precedeu este ajuste, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir;

7.20. Atender os prazos estabelecidos com relação ao objeto e a prestação do serviço;

7.21. Manter durante toda a duração do Termo de Contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas contidas no ANEXO I-A – Termo de Referência.

7.22. Comparecer, sempre que solicitada, à sede da CONTRATANTE, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

8- DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Os serviços serão remunerados por Laje de Tampa de PV fabricada e instalada.

8.2. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

8.3. Mediante requerimentos mensais apresentados à PMSP pela contratada, será efetuada após o decurso do período de execução dos serviços, a medição dos serviços prestados, desde que devidamente instruída com a documentação necessária à sua verificação pelo fiscal do contrato, bem como a apresentação dos documentos exigidos em lei ou em contrato.

8.4 – O valor de cada medição será apurado com base na quantidade de serviços prestados à PMSP no mês, aplicado(s) o(s) preço(s) unitários(s) contratados(s) e pagos de acordo com os quantitativos medidos mensalmente.

8.4.1 – As medições serão mensais, correspondendo ao período entre o 1º e o último dia do mês. A primeira medição será apurada entre o dia do início dos serviços constante na Ordem de Serviço e o último dia do respectivo mês.

8.5 – As planilhas de medição deverão conter as assinaturas do responsável técnico da contratada, do responsável pela fiscalização do contrato e do titular da unidade orçamentária.



**CIDADE DE
SÃO PAULO
SUBPREFEITURAS**

8.6 - A fiscalização dos serviços será exercida por profissional técnico, designado pela Prefeitura do Município de São Paulo, devendo constar na Ordem de Serviço.

8.7 - Para efeito de pagamento serão considerados os quantitativos aprovados pelo servidor municipal responsável pela fiscalização do contrato, conforme item acima.

8.8 – O fiscal do contrato da PMSP deverá atestar, aprovando ou rejeitando, total ou parcialmente a medição, nos termos da Portaria SMSP 32/14.

8.8.1 - Na ocasião da medição a fiscalização verificará a efetiva disponibilização de todos os funcionários e equipamentos daquele mês, tendo por base os dados das fichas diárias de produção e das fichas diárias de presença, procedendo ao desconto proporcional, nos casos de ausência de funcionários veículos ou equipamentos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

8.8.2 - A fiscalização da Contratante terá livre acesso aos locais de execução do serviço para realizar inspeções, coletas de materiais e realizar ensaios de controle de qualidade previamente à medição e pagamento.

8.9 – O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data final do período do adimplemento de cada parcela do objeto do contrato, vinculado a entrega na unidade requisitante dos documentos exigidos pela Portaria SMSP 32/14 e dos abaixo discriminados:

8.9.1 – Primeira Via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal-Fatura;

8.9.2 – Fatura no caso de apresentação de Nota Fiscal;

8.9.3 – Ou Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);

8.9.4 – Cópia (s) da (s) Nota (s) de Empenho (s);

8.9.5 – Cópia do Contrato e seus Aditivos, se porventura houver;

8.9.6 – Cópia da Ordem de Inícios dos Serviços e da medição anterior, se houver.



8.9.7 - Relação contendo a identificação dos funcionários (nome e número da CTPS) que prestaram serviços, devidamente assinada pelo responsável legal da empresa ou pelo seu responsável técnico.

8.10 – Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

8.11 – Na hipótese de a empresa contratada estar obrigada ao cumprimento da Lei Municipal nº 14.097/2005, deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

8.12 – No caso de sociedade com estabelecimento prestador ou com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, a contratada deverá atender conforme estabelecido na Lei nº 13.701/2003 e artigo 69 do Decreto nº 53.151 de 17 de maio de 2012.

8.12.1 – Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários.

8.13 - Havendo atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais haverá compensação financeira.

8.13.1. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pelo Contratado, nos termos da Portaria SF 05/2012, publicada no DOC de 07/01/2012.

8.14 – A PMSP, quando exigível por força da legislação em vigor, efetuará as retenções dos impostos e contribuições, bem como a comprovação dos recolhimentos, conforme abaixo relacionados;

8.14.1 – O ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, de acordo com o disposto na Lei nº 13.701, de 24.12.2003 e Decreto nº 53.151, de 17 de maio de 2012, será retido na fonte pela PMSP. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA ISS”.

8.14.2 – O IRRF – IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE, em conformidade com o disposto na Lei nº 7.713/1988, Decreto nº 3.000/1999, e demais legislação em vigor.



**CIDADE DE
SÃO PAULO
SUBPREFEITURAS**

8.14.3 – As retenções a título de contribuição social para o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, atenderá aos termos da Lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.711/1998 e Instrução Normativa RFB nº 971/2009 e suas alterações ou outra que vier a substituí-la.

8.15 – Os Impostos e contribuições tratados nos subitens **8.14.1** a **8.14.3**, quando passíveis de retenção, na emissão da Nota Fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de “retenção” para (nome do imposto e ou contribuição), bem como cumprir as determinações contidas nas referidas legislações.

8.16 – A Contratada deverá apresentar a cada pedido de pagamento os documentos a seguir discriminados, excetuando-se aqueles que em razão do objeto contratual a legislação em vigor o dispense de sua elaboração/apresentação;

8.16.1 – Certidão de Regularidade de Situação para com o fundo de Garantia de tempo de Serviços FGTS;

8.16.2 – Certidão Negativa de Debito da Fazenda Municipal;

8.16.3 – Certidão Negativa de Debito junto a Previdência Social;

8.16.4 - Certidão Negativa de Debito Trabalhista;

8.16.5 – Folha de pagamento dos empregados vinculados ao contrato, relativos ao mês da prestação do serviço;

8.16.6 – Relação dos trabalhadores constata no arquivo SEFIP;

8.16.7 – Guias de recolhimentos da GPS, GFIP/SEFIP, cópias reprográficas, nos termos da legislação em vigor;

8.16.8 – Recibo de conectividade social;

8.17 – O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no **BANCO DO BRASIL** nos termos do Decreto Municipal nº 51.197/2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

Coordenadoria Geral de Licitações – COGEL - Rua Líbero Badaró, 504 – 23º andar.
Telefone: 011-49341-3212/3213/3207 - e-mail: cogelsmsp@prefeitura.sp.gov.br



8.18 – Quaisquer pagamentos não isentarão a detentora das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

8.19 – Em caso de dúvida ou divergência, a Fiscalização liberará para pagamento a parte incontestada dos serviços.

9 - CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

9.1 - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

10- DAS PENALIDADES

10.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como aquelas estabelecidas na Lei Federal nº 10.520/2002, e demais normas pertinentes. No que tange as multas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contratada estará sujeita as penalidades abaixo discriminadas:

10.1.1 Multa pela recusa em assinar o Contrato, quando cabível, ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou retirar com atraso sem a devida justificativa aceita pela Unidade requisitante: 1%, DO VALOR ESTIMADO PARA O CONTRATO POR DIA DE ATRASO, até o décimo dia.

10.1.1.1 Após 10 (dez) dias de atraso, será considerada recusa em assinar/retirar o contrato/nota de empenho: MULTA DE 15% DO VALOR ESTIMADO PARA O CONTRATO.

10.1.2. Multa por dia de atraso para início da execução dos serviços conforme fixado na Ordem de Início: 1,0% (um por cento) por dia sobre o valor do Contrato, até o máximo de 10 (dez) dias, incidindo, após, a multa por inexecução total do contrato.



10.1.3. Multa por dia de paralisação injustificada dos serviços até o máximo de 15 (quinze) dias, incidindo, após, a multa por inexecução parcial do contrato: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela não executada.

10.1.4. Multa por descumprimento da cláusula contratual, por dia: 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal.

10.1.5. Multa pelo não atendimento das exigências formuladas pela fiscalização, por dia, até seu cumprimento: 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal.

10.1.6. Multa por inexecução parcial do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada.

10.1.7. Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor contratual.

10.1.8. Multa pela rescisão contratual por culpa da contratada: 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço estimado, calculado sobre número de meses faltantes para o término do ajuste.

10.1.9. Multa de 1% do valor total do contrato se o relatório final não contemplar todos os critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

10.1.10. Pela não realização de ensaios bimestrais de estanqueidade dos poços de monitoramento de gases ou pela não realização de manutenção periódica naqueles que venham a apresentar problemas, de modo a preservar a funcionalidade dos mesmos, multa de 10% do valor total do contrato.

10.1.11. Multa de 7% do valor total do contrato pelo descumprimento das normas técnicas estabelecidas no instrumento convocatório.

10.1.12. Sanção de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a PMSMP, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, por falha ou fraude na execução do objeto do contrato.

10.1.13 - As penalidades de advertência e multa em virtude de infrações aos termos do contrato serão aplicadas pela Contratante, observado o devido processo legal e a ampla defesa.



10.2 - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

10.3 - O prazo para pagamento das multas, após decorridos os prazos de ampla defesa, será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido poderá ser descontado da importância que a mesma tenha a receber da PMSP (medições futuras, garantia, etc). Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

10.4 - Para aplicação de penalidade deverá ser atendido o estabelecido nos artigos 54 a 56 do Decreto 44.279/02.

11 - DA RESCISÃO

11.1 - Constituem motivo para rescisão deste Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos na Lei Federal nº 8.666/93 acarretando, na hipótese de rescisão administrativa, as consequências indicadas naquela lei.

12 - DA SUBORDINAÇÃO DESTE CONTRATO

12.1 - Este instrumento subordina-se às cláusulas e condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 027/SMSUB/COGEL/2022, bem como as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e aos preceitos de direito público.

12.2 - Aplicam-se supletivamente a este Contrato, os princípios e normas de direito privado, sobretudo as disposições do código civil.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A contratada, deverá apresentar a seguinte documentação:

13.1.1 - Comprovação do recolhimento da garantia em quaisquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei 8666/93;

13.1.2 - O Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;



13.1.3 - Certidão de regularidade fiscal atualizada quanto às contribuições para com o Instituto Nacional de Seguro Social;

13.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários;

13.1.5 - Declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, da não inscrição da empresa no CADIN – Cadastro Informativo Municipal, nos termos do Modelo constante do edital de Pregão que precedeu este ajuste.

13.1.5.1 Consulta ao CADIN Municipal (via internet), demonstrando que não foram encontradas pendências, de acordo com a Lei Municipal n.º 14.094/05 e o Decreto Municipal n.º 47.096/06.

13.1.6. Folha de pagamento dos empregados vinculados ao contrato, relativos ao mês da prestação do serviço;

13.1.7. Relação dos trabalhadores constate no arquivo SEFIP;

13.1.8. Guias de recolhimentos da GPS, GFIP/SEFIP, cópias reprográficas, nos termos da legislação em vigor;

13.1.9 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**);

13.1.10 - Indicação dentre os responsáveis técnicos, que responderá tecnicamente pelos serviços executados e o preposto que o representará nos locais de trabalho.

13.2 - Ficam fazendo parte integrante deste, para todos os efeitos legais, o Edital de Pregão Eletrônico nº 027/SMSUB/COGEL/2022, seus Anexos e a proposta de preço da contratada inserida no Processo Administrativo nº 6012.2022/0003634-4.

13.3 - A contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de pregão que precedeu este ajuste, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.

13.4 - O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Municipal nº 13.278/02, as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e demais normas pertinentes.



13.5 - Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

13.6. No ato da assinatura, a contratada deverá apresentar a relação nominal da equipe técnica, devidamente assinada pelo representante legal, em regime permanente, com as respectivas qualificações profissionais, que deverão possuir habilitação compatível com os serviços correspondentes ao objeto da licitação.

14 - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinado e rubricado em 02 (duas) vias de igual teor, pelas partes abaixo identificadas.

São Paulo, __ de _____ de 2022.

PELA CONTRATANTE:

(nome, cargo)

PELA CONTRATADA:

(nome, cargo)

**ANEXO V-A****MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**

**À
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS
COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES**

A empresa declara, sob as penas da Lei, que para integrar a sua qualificação técnica, disponibilizará veículos/equipamentos nas quantidades e modelos nos termos do objeto da presente contratação e, caso seja a vencedora, apresentará por ocasião da assinatura do Termo de Contrato ou da retirada de Nota de Empenho, os documentos de propriedade ou posse mediante contrato de arrendamento mercantil (“leasing”) definido na Lei 7132/83, dos veículos/equipamentos em seu nome ou através de contrato de locação, e cópia autenticada da C.N.H. dos motoristas/operadores.

Disponibilizará os caminhões adequados e com ano de fabricação não superior a 10 (dez) anos ou mais recente, incluído o equipamento de monitoramento e rastreamento GPS em perfeito funcionamento para a realização do objeto do certame.

Disponibilizará os equipamentos adequados para a realização do objeto, conforme especificações do Termo de Referência.

Disporá de motoristas e operadores devidamente qualificados e habilitados para a condução dos caminhões, veículos e operação dos equipamentos.

Prestará os serviços dentro das especificações solicitadas, bem como de que possui capacidade de prestação dos serviços.

Todos os motoristas dos caminhões estarão equipados com rádio de comunicação, devidamente homologado pela Anatel com linha telefônica ou aparelho celular para viabilizar o contato em face da característica a que se presta o serviço contratado.

Autorizará o rastreamento, apresentando juntamente com a documentação a Carta de Autorização de Rastreamento.

Local e data
(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome/R.G./C.P.F./Cargo/função



ANEXO V-B – EQUIPAMENTOS DE RASTREAMENTO GPS

PORTARIA Nº 24 DE 18 DE JUNHO DE 2018

MARCOS PENIDO, Secretário Municipal das Subprefeituras, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar e especificar o sistema de monitoramento de zeladoria, por meio da integração de sistemas de GPS com o Sistema de Gerenciamento da Zeladoria ("SGZ"),

RESOLVE:

Artigo 1º: Aprovar as especificações técnicas dos sistemas de monitoramento e gestão de veículos utilizados nos serviços de zeladoria urbana, nos termos que seguem.

Artigo 2º: Para que seja possível a integração de sistema de GPS com o Sistema de Gerenciamento da Zeladoria – SGZ, é necessário que a empresa prestadora de serviço envie à Secretaria Municipal das Subprefeituras ("SMSUB"), por meio de Webservice, os seguintes dados de localização dos veículos monitorados:

I Latitude;

II Longitude;

III Placa do Veículo.

§1º: A localização atualizada deve ser informada a cada 1 minuto.

§ 2º: Para realizar a integração prevista no caput, pode-se utilizar qualquer empresa de monitoramento de veículos disponíveis no mercado, sendo necessário que a empresa prestadora de serviço entre em contato com a SMSUB, para que receba a autorização e documentação necessária para o desenvolvimento da integração do monitoramento dos seus veículos.

Artigo 3º: O sistema SGZ deve ser utilizado pra controle das seguintes operações:

I Planejamento dos Serviços de Zeladoria a serem executados;

II Envio e aprovação das Ordens de Serviços (OS);

III Recebimento das medições e, no mínimo, 03 (três) fotos dos serviços executados, sendo uma antes do serviço, uma durante e outra do serviço concluído;



§1º: Todos os itens mencionados no caput do artigo deverão ser encaminhados eletronicamente.

§2º: Para que seja possível o cumprimento do previsto no caput e §1º deste artigo, as empresas prestadoras de serviços que estiverem habilitadas e aprovadas pela SMSUB a prestar os serviços de zeladoria, devem optar por uma das seguintes formas para integrar-se ao Sistema de Gerenciamento da Zeladoria – SGZ:

I. Caso a empresa prestadora de serviço já tenha sistema próprio para recebimento e retorno das Ordens de Serviços eletronicamente, deverá entrar em contato com a SMSUB para realizar cadastro e para que a Pasta envie a documentação necessária para o desenvolvimento da integração, via WebServices, do Sistema de Gerenciamento da Zeladoria – SGZ. Neste caso, todos os custos de desenvolvimento da integração e suas possíveis alterações de versões serão de responsabilidade exclusiva da empresa prestadora de serviço, cabendo a SMSUB, ou a quem esta indicar, somente auxiliar tecnicamente dúvidas para realização deste desenvolvimento. Portanto, logo que a empresa prestadora de serviço finalizar sua integração, está estará apta a iniciar suas operações de execução dos serviços de Zeladoria, recebendo suas Ordens de Serviços por meio do WebService, devolvendo-as pelo mesmo mecanismo.

II. Caso a empresa prestadora de serviço não possua sistema próprio para realizar a integração, deve entrar em contato com a SMSUB para requerer formulário de solicitação de licença de uso do aplicativo SGZ-Mobile para recebimento das Ordens de Serviços e para execução e conclusão dos serviços de zeladoria. Tal aquisição será realizada junto a PRODAM e o valor será descontado nas faturas de cada empresa.

Artigo 4º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



ANEXO VI

CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA RASTREAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/SMSUB/COGEL/2022

PROCESSO SEI Nº: 6012.2022/0003634-4

OBJETO: Prestação de Serviços de Nivelamento de Tampas de PVs – Poços de Visita, com a utilização de Lajes Pré-Moldadas, à Prefeitura do Município de São Paulo.

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES

A empresa (nome), CNPJ nº (número), situada no endereço (endereço completo), neste ato representada pelo Sr.(a) (nome do responsável pela empresa) autoriza e se compromete a fornecer todos os dados e informações que se fizerem necessárias à viabilização do rastreamento por parte da Secretaria Municipal das Subprefeituras dos veículos que serão disponibilizados.

Atenciosamente,

Local e data

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome/RG/CPF/Cargo/função